

PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS E ARQUITETÔNICOS EM TUPANCIRETÃ/RS

VILLANI, Monique¹; NOGUEIRA, Bárbara Tatiane Martins Vieira²; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de³.

Palavras-Chave: Preservação. Patrimônio Cultural. Memória Urbana. Identidade Cultural

Introdução

Bens Culturais, de uma forma ampla, expressam a capacidade do ser humano de sobreviver ao meio em que vivem, constituindo um registro para a história local e das pessoas que interagem com estes bens culturais. Pode-se entender como exemplos de bens culturais todos e quaisquer objetos produzidos pela humanidade que de forma primordial expressem uma época ou contribuam para as transformações de uma sociedade. Assim, esses bens culturais, entendidos aqui como bens edificados, com significância arquitetônica em Tupanciretã despertam o interesse e instigam a procura por mais informações sobre o lugar e a memória urbana. Representam a materialização da cultura da cidade, além de trazer em suas características e no estilo arquitetônico a história das pessoas, em um determinado momento, cabendo a cada geração valorizar e aumentar esse patrimônio, conservando-o para que faça parte da vida das futuras gerações.

Portanto, deve-se perceber o patrimônio edificado como um contínuo de artefatos, que proporcione a identificação das singularidades de uma determinada sociedade, em qualquer época, onde a valorização desse patrimônio, como herança de várias gerações ou como acervo, carregue consigo a história, a memória ou a identidade, pois devem ser preservados pela manifestação da consciência da população (SOUBIHE, 1992).

A memória urbana, em um contexto amplo, é tema destaque nas últimas décadas, pois a preocupação com a preservação e a conservação desses registros urbanos, nos diferentes contextos e suportes, justificam-se pela reflexão sobre o perigo de esquecer ou de perder tais registros que relatam fatos; sejam eles, arquitetônicos, históricos e/ou culturais relevantes para uma determinada sociedade.

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UNICRUZ – monique_villani@hotmail.com

² Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UNICRUZ - arq.barbara@bol.com.br

³ Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UNICRUZ – tarcisio_dorn@hotmail.com

A busca da preservação de nossa identidade cultural é o objetivo primeiro de toda política de preservação dos bens culturais (TOLEDO, 1994). A compreensão tardia da importância da preservação destes bens, a carreta um processo de degradação e destruição física e social. Os centros históricos devem ser considerados além de um bem cultural intransferível, um notável patrimônio econômico edificável, não desperdiçado, abandonado ou destruído, nem direcionado às mãos da especulação (SOUBIHE, 1992).

O conceito de memória urbana, identidade cultural enquanto um fenômeno social se apresentam como processo histórico e tradicional que observam e analisam as diferentes características de um determinado povo, onde esse tipo de memória pode ser interpretada como coletiva, quando é aquela que faz parte das características de um grupo de pessoas, e que ultrapassa a memória individual de cada indivíduo tornando-se a memória de uma sociedade e a sociedade como produtora de conhecimento deve, sem dúvidas, preservar sua cultura, sua história e sua singularidade, pois entende-se que delas provem a atual identidade do povo (MONTEIRO; CARELLE e PICKLER, 2008).

Metodologia

A metodologia do presente artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, podendo ser compreendida como um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados de autores pertinentes para fundamentar tal temática. Através da revisão de literatura, é possível reportar e avaliar o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes.

Resultados e Discussões

A preservação do patrimônio em Tupanciretã é necessário, tendo em vista, que é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir às referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história (ICOMOS, 1980).

Ao argumentar sobre memória e história utiliza-se do conceito como insumo colaborativo para a construção do conhecimento do povo da Terra da Mãe de Deus. Assim, a memória não seria um conhecimento produzido intencionalmente, mas formada subjetivamente, apresentando-se como um meio de transmissão de experiências do passado

para o presente. A memória é, portanto, o único meio de rever o passado no presente (LOWEENTHAL, 1987).

Nota-se que a importância de preservar informações em quaisquer tipos de suporte provem da necessidade de resguardar o passado, no intuito de entender o presente e fazer prospecções ao futuro com base nas experiências vivenciadas anteriormente (MENDES; SANTOS e SANTIAGO, 2010)

Conclusão

As estruturas de organização de uma sociedade no decorrer dos tempos podem ser percebíveis nos diversos fatores que formam a sua cultura, pois onde há ser humano há cultura, onde quer que o ser humano toque, o que quer que faça, está a modificar a realidade e a si próprio e, assim, que interfere no mundo natural ou dele, está a criar um mundo cultural (REISEWITZ, 2004).

Infelizmente o que já foi destruído está perdido, restando apenas o eventual registro iconográfico e a memória particular daqueles que viram com seus próprios olhos determinado monumento. O que nos resta fazer é reconhecer a importância do patrimônio remanescente, conscientizar a população de sua importância coletiva, mudando a concepção antiga de que coisa velha não tem importância e cobrar das autoridades a correta preservação de tudo aquilo que tiver relevância para a história coletiva local, pois a história é única e insubstituível, e a destruição das suas representações materiais representa o esquecimento de parte da identidade cultural. Esquecer nossa cultura é esquecer quem somos (GOULART, 2012).

Se a cidade é um organismo vivo, ela não deixa de crescer e de sofrer transformações. O indivíduo faz parte da cidade e a cidade faz parte do indivíduo, um depende do outro, o homem vive na cidade e da cidade, e a cidade não deixa de viver do homem (COELHO NETO, 1979).

O indivíduo tem que se reconhecer na cidade, tem que respeitar seu passado e não fazer de sua cidade um amontoado de coisas sem sentido (COELHO NETO, 1979).

"Poderíamos, pois, concluir que a preservação e revitalização de nosso patrimônio ambiental urbano é antes de mais nada a defesa da saúde psíquica da população." TOLEDO (1994, p.82)

O passado conta ao presente como as obras foram produzidas, e como passaram a fazer parte de um organismo vivo, em contínuo processo de evolução. Por isso é inerente, a

historia da cidade, a sua percepção como um organismo vivo e como tal em permanente mutação (TOLEDO, 1994).

É claro que Tupanciretã deve-se modernizar, novas construções deverão surgir e por consequência a paisagem urbana ser alterada, mas o que não deve nunca ser deixado de lado é o zelo pela preservação do patrimônio urbano edificado, pois nele esta representado a materialização da história e da identidade patrimonial e cultural coletiva dos tupanciretanenses, onde a perda desse patrimônio relevante representa a perda da própria história e da identidade do município.

Referências

COELHO NETTO, José Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ICOMOS (Org.). **Carta de Burra** (1980). Disponível em: <<http://embarecr.com/cartas%20patrimoniais/documentos/CARTA%20DE%20BURRA.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

GOULART, Anderson. **Patrimônio Cultural de Criciúma/SC**. Disponível em: <<http://patrimonioculturaldecriciuma.wordpress.com/2012/08/22/333>>. Acesso em 18 set.2012.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: University Press, 1989.

MENDES, Amélia; SANTOS, Charlene; SANTIAGO, Pietro. **Preservação do acervo histórico da oficina guaianases de gravura**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa - PB. Anais 33º ENEBD. João Pessoa - PB: UFPB, 2010. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/view/44>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER. **A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento**. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.9 n.6, dez 08. Disponível em:<http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_02.htm>. Acesso em: 02 mai.2009.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito Ambiental e Patrimônio Cultural – Direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

SOUBIHE, Maria Lúcia Chagas Valle. **Ribeirão Preto: restauração do patrimônio do centro**. São Carlos: EESC/USP, 1992. 136p.



TOLEDO, Benedito Lima de. **Preservação de bens culturais**. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo. v.52, 216p. jan./dez. 1994.